

APRESENTAÇÃO

A *Nova Revista Amazônica* tem a honra de apresentar aos seus leitores o v. 7, n. 3 (2019) o dossiê temático “DOS LUGARES “SUBORDINADOS” AOS TERRITÓRIOS “MUNDIALIZADOS”: A DIALÉTICA DOS USOS NA AMAZÔNIA PARAENSE”, organizado por José Antônio Herrera (PPGEO-UFPA) e Márcio Douglas Brito Amaral (PPGEO-UFPA). O Dossiê é composto por artigos que revelam a Amazônia na perspectiva do Território Usado, este entendido como “resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial” (SANTOS, 2000, p.104).

Ainda de acordo Santos (2007) o território é o chão mais a identidade, lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. Neste sentido, busca-se neste dossiê explicitar uma das faces da complexidade amazônica, abordando desde os discursos militares nas primeiras fases da colonização da região até a constatação da necessidade de políticas públicas afirmativas que garantam o estudo e a valorização das culturas originárias de maneira efetiva nos currículos.

Com efeito, revela-se ainda uma preocupação com as desigualdades socioespaciais e a permanência das classes sociais, mas faz emergir um debate centrado nas diferenças de gênero, sexuais, étnicas, territoriais etc., que buscam pautar sua luta em torno do reconhecimento.

Para tanto, o dossiê conta com dez textos, começando com o artigo “*As raízes discursivas da intervenção militar na Amazônia*”, que compara os intentos da ditadura e os discursos das primeiras fases da colonização na região. O fulcro está em compor raízes de derivação do discurso estabelecido pelos militares para amparar suas políticas, para isso são feitas comparações dos relatos históricos e postulados da ditadura militar ao longo das décadas de 1960 e 1980.

O segundo artigo amplia o debate para ordenamento territorial como consequência das políticas públicas na Amazônia, dando foco as implicações sócio-espaciais no município de Vitória do Xingu, em função da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O texto tem o título “*Grandes Projetos Econômicos (GPE) na Volta Grande do Xingu: implicações sócio-espaciais no município de Vitória do Xingu*”, os autores enfatizam que muito já foi escrito sobre o município vizinho – Altamira e que pouco se propôs em termos analíticos acerca do município sede da obra. Neste caso, assume-se no texto o exercício da primeira

aproximação teórica sobre Vitória do Xingu, estabelecendo um marco analítico acerca das implicações geradas no município com a implantação desse grande projeto.

Em sequência estão dois outros artigos que retratam as implicações do grande projeto econômico – Hidrelétrica de Belo Monte em Vitória do Xingu, mais precisamente no Reassentamento Rural Coletivo – RRC Travessão KM 27. No texto “*Hidrelétrica de Belo Monte: dinâmica socioespacial das famílias no RRC Travessão Km 27, Vitória do Xingu – PA*”, tem-se o objetivo de discutir acerca da organização socioespacial das famílias deslocadas compulsoriamente pelo empreendedor para este novo espaço agrário, ficando evidenciado à necessidade de se analisar melhor as dinâmicas estabelecidas pelas diferentes famílias, mostrando que a política compensatória generalizante não contribui efetivamente para fixação e reprodução social das famílias no RRC – Km 27.

O outro artigo que expõe as implicações em Vitória do Xingu, pauta a discussão na transformação da paisagem, problematizando como estes grandes projetos ao serem implantados no território estimulam e aprofundam as transformações na paisagem. O texto “*Transformação na paisagem do Reassentamento Rural Coletivo, Travessão Km 27, Vitória do Xingu/PA*” apresenta metodologicamente uma leitura da dinâmica da paisagem a partir da classificação do uso e da cobertura do solo para os anos de 1991, 1997, 2007, 2011 e 2018, como resposta dessa interpretação tem-se a tentativa de permanência das famílias no espaço agrário a partir da agricultura e da pecuária, mesmo não sendo essas atividades historicamente trabalhadas por essas famílias que, em sua maioria, tem uma origem ribeirinha.

O quarto artigo “*A desterritorialização das crianças e dos adolescentes face a UHE Belo Monte: uma análise a partir dos RUC São Joaquim e Laranjeiras em Altamira- PA*”. Neste trabalho, os autores ao versar sobre as famílias deslocadas compulsoriamente em função da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, fazem suas interpretações a partir dos Reassentamentos Urbanos Coletivos – RUC, construídos na cidade de Altamira, deixando de lado a visão adultocêntrica para discutir a desterritorialização de crianças e de adolescentes destes RUC e, assim, apontam as rupturas nas relações materiais e imateriais em função das dificuldades de adaptação ao novo espaço, bem como as dificuldades derivadas da ineficiência de serviços básicos como educação, saúde e lazer.

O sexto artigo, “*A transformação do território a partir do uso da terra no município de Santarém/PA*”, contribui para entender os impactos do agronegócio da soja no município de Santarém, Oeste do Pará. Evidencia-se em pesquisa que a chegada dos novos agentes de produção no território, tencionam as relações e desencadeiam conflitos pelo uso e apropriação da terra.

O artigo seguinte retrata a relação homem natureza, colocando em foco os saberes ecológicos dos pescadores de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) da região de Tamatateua, município de Bragança, nordeste do Pará. No texto, com título “*Os saberes tradicionais dos pescadores de caranguejo-uçá (Ucides cordatus, LINNAEUS, 1763) e o ecossistema manguezal: o caso de Tamatateua, Bragança – Pará, costa amazônica brasileira*”, fica evidenciado que o manejo do recurso caranguejo-uçá se deve ao processo de aprendizagem ocorrido cotidianamente entre o parentesco (pai, filho, neto, tios e outros), assim como no processo de socialização (partilha) entre amigos do “manguezal”.

O oitavo texto deste dossiê, apresenta a perspectiva da territorialidade, intitulado “*Para pensar terra e territórios: os processos de des-re-territorializações a partir do Carimbó de Marapanim e do Platô Gumá-Atlântico, “Terra do Carimbó” e “Carimbó da Terra”*”, sendo possível indicar, desterritorializações relativas e absolutas, umas negativas, outras positivas (levantando a possibilidade de uma máquina abstrata do carimbó); e pelas cartografias traçadas foi possível entrever que o carimbó estabelece funções territorializadas.

O próximo texto “*Os conceitos de Foucault e análises das relações de trabalho dos pescadores artesanais da Vila do Treme-Unidade de Conservação da RESEX Caeté-Taperaçu*”, apresenta, a partir da análise discursiva, dos embates sociais nas referidas comunidades, a tensão entre o discurso tradicional dos pescadores artesanais e o discurso institucional dos representantes governamentais que incidem diretamente nas relações de trabalho da pesca artesanal.

Por fim, não menos importante fecha-se o dossiê com o texto “*Representações de universitários sobre culturas originárias: o desafio da descolonização do currículo*”, texto este fruto da parceria UFAM/UFMT/UFPA - no âmbito do PROCAD/AMAZÔNIA. Tem como central a representação universitária de diferentes países e como resultado apresenta-se a baixa valorização das culturas originárias por parte destes universitários impactando em descontentamento entre os integrantes dessas culturas e, assim, expõe a necessidade da criação de políticas públicas afirmativas para inclusão do estudo das culturas originárias de maneira efetiva nos currículos em geral.

De uma maneira geral, os artigos presentes no dossiê têm como fio condutor a compreensão da diversidade territorial da Amazônia paraense expressa em diferentes formas de uso do território, de modo a revelar os dinamismos socioterritoriais e socioespaciais presentes na região, formas-conteúdo que estão relacionadas à sua dimensão existencial. Seguindo o conselho de Santos (1998) a categoria de análise é território usado e não o território em si, aos moldes dos conceitos puros herdados da “modernidade incompleta”.

Trata-se, portanto, de uma discussão que incorpora ao debate da teoria crítica do espaço, entendido como um conjunto indissociável e solidário de sistema de objetos e de sistema de ações, a compreensão da categoria da ação (RIBEIRO, 2012). Desse modo, o território usado revela a dialética entre o herdado e o possível, portanto, trata-se de um território em movimento, como diz Ribeiro (2012), um território em sendo usado, que revela as diferentes contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e social dos recursos (SANTOS, 1999).

Os organizadores

José Antônio Herrera (UFPA/PPGEO/Campus Altamira/FacGeo)

Márcio Douglas Brito Amaral (UFPA/IFCH/PPGEO/FCG)